

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEILRA, 11 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 189.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 11 de Outubro de 1973 — (5.ª Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ovidio Franzoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiel-se Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emilio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Rosário Pitelli e Wilson Brandão (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 164-73, que objetiva introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10-1-72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — **FUNRESTRAN.** — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 15, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 228-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 190.ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de Outubro de 1973 — (5.ª Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiel-se Crisóstomo, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emilio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Rosário Pitelli e Wilson Brandão (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 55-73, do Senhor Sebastião Gonçalves de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Alvorada do Sul, atendendo por aprovação unânime do Plenário daquela Câmara, com o intuito de solicitar o aceleramento da definição do regime jurídico dos professores suplementaristas do Estado do Paraná. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 59-73 do Senhor Sadi José Bertol, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, apoiando a reivindicação da Câmara Municipal de Rolândia, para que esta Assembléia possa promover a definição do Regime Jurídico dos Professores Suplementaristas do Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 253-73, do Senhor Dr. Nelson Accioly Calderari, Presidente da Câmara Municipal da Lapa, apoiando por unanimidade, a reivindicação da Câmara Municipal de Rolândia, no que diz respeito a solução legal e justa dos Professores Suplementaristas do Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 106-73, do Senhor Sebastião Américo Seleguim, Presidente da Câmara Municipal de Santo Inácio, apoiando por unanimidade o apelo da Câmara Municipal de Rolândia, sobre os Professores Suplementaristas do Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO:

OFÍCIO N.º 5/73

Curitiba, 11 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Cumpro-me agradecer à Comissão Executiva desta Assembléia a possibilidade concedida a esta Divisão, de participar, por intermédio de duas representantes, da Reunião Internacional da Associação Ibero-Americana de Taquigrafia, realizada na Capital da República, de 5 a 9 do corrente mês.

Ao mencionado congresso estiveram presentes taquígrafos das Casas Legislativas de nosso País, assim como dos demais Países sul-americanos.

Debatendo assuntos de interesse da classe, a Reunião adotou importantes resoluções, e teve seus trabalhos coroados de pleno êxito, conforme relatório que está sendo elaborado por nossas representantes, a fim de ser encaminhado brevemente a essa Comissão.

Renovando os agradecimentos, em nome da Divisão, apresento a V. Exa. cordiais e respeitadas saudações.

(a) **Myrian C. M. Teixeira**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.ºs 228-73, 229-73 e 230-73.

— De autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 141-73 e 142-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo infausto, passamento do prestante cidadão Senhor Simão Guber.

O extinto era sogro do Vereador Eugênio Bim, que na Câmara Municipal de Curitiba representa ponderável parcela de obreira população da Capital. Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) **João Mansur**

Requerimento

Senhor Presidente:

Faleceu na cidade de Irati onde residia, dona Luisa Brustolin, de ilustre e tradicional família iratiense.

Mercê de suas qualidades pessoais, o acontecimento consternou toda a cidade.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem, a consignação em Ata de um voto de pesar e que do fato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(aa) — Antonio Lopes Júnior e João Mansur.

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições Regimentais Requer, após a anuência do douto e soberano Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa de Leis um Voto de Congratulações pela profícua administração que vem desenvolvendo na direção do Departamento Médico do IPE, o doutor José Maria Munhoz da Rocha.

Apesar das dificuldades naturais que o órgão enfrenta, este diretor vem conseguindo, para alegria dos contribuintes que se beneficiam do IPE, impor um ritmo de trabalho dos mais dinâmicos. Sua dedicação e tratamento bastante cavalheiresco aos servidores que o procuram, são uma característica constante na direção desse Departamento Médico.

A Assembléia Legislativa, dentro de sua missão de fiscalizar os órgãos públicos, não pode deixar de manifestar também sua gratidão aos homens públicos que se destacam no exercício de suas relevantes funções, como é o caso em especial, do Dr. José Maria Munhoz da Rocha.

Requeiro, outrossim que da decisão da Casa dê-se ciência ao médico homenageado.

Palácio 19 de Dezembro, 11 de outubro de 1973.

ANTONIO BELINATI.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. a inserção em Ata de um voto de louvor ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, assim como aos componentes de seu Gabinete particularmente o Sr. Nelson Santos, pela forma profícua e dignificante como vêm sendo desenvolvidos os atendimentos aos diversos serviços que lhes estão afetos.

Solicita também, que do fato se dê ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) — David Federmann.

JUSTIFICATIVA:

No contexto administrativo do Estado, desponta como das mais importantes a atividade da Secretaria encarregada da segurança pública. E como representante do interior do Estado, sentimos na orientação que vem sendo dada ao trato desses assuntos, um trabalho sem soluções de continuidade de uma equipe voltada ao atendimento das aspirações de paz social da comunidade paranaense.

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de dona Alida Popobs, digníssima esposa do Pastor João Pupobs da Igreja Batista de Itaquí, que tantos e inegáveis serviços tem prestado ao povo das populações ribeirinhas e especialmente de Itaquí, em Guaraqueçaba, onde reside.

A extinta que desapareceu aos 76 anos de idade foi fiel e dedicada esposa, exemplo de bondade dedicação e amor a Deus, à família e ao próximo. Mesmo com idade tão avançada não fugia aos seus deveres e obrigações tanto de ordem espiritual como de assistência social e educacional.

Seu falecimento grandemente sentido, deixa uma lacuna irreparável no seio da comunidade batista e no meio social em que vivia e servia.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência desta ho-

menagem à família enlutada e ao Batista Paranaense, órgão oficial da Igreja no Paraná.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1973.

(a) Igo Losso.

Requerimento

Senhor Presidente:

A infra-estrutura rodoviária é um dos principais fatores do progresso. As reivindicações desta Casa podem ser caracterizadas com o binômio: Estradas e Energia Elétrica. As inúmeras vozes que se fizeram ouvir nesta Tribuna e aos sem números de apelos, o signatário deste vem juntar a sua voz.

O sistema viário estadual tem merecido por parte das autoridades estaduais e federais uma atenção considerável nos últimos tempos. Todavia existem razões que fazem os líderes de várias regiões reivindicar novas vias ou melhoramentos nas já existentes, como aconteceu com a Câmara de Paranavaí, que aprovou em sessão de 29 de agosto a Proposição do Vereador José Dantas de Lima um apelo para que a Rodovia do Café seja duplicada o mais breve possível. E a Rodovia é uma das principais vias de escoamento dos produtos da Região Norte-Paranaense. A mencionada Rodovia está com o tráfego sobregarregado principalmente no trecho compreendido entre Cambé e Paranavaí. Por ela fluem centenas de caminhões com produtos que demandam o Sul, ou São Paulo. Levando em consideração os inúmeros pedidos da Região Noroeste, principalmente depois que o Sul de Mato Grosso será ligado à Rodovia do Café bem assim com a construção de vias secundárias, o signatário REQUER seja incluída nos estudos de duplicação da Estrada do Café no trecho supra mencionado.

REQUER, outrossim que do presente apelo sejam enviadas cópias ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) WILSON FORTES

Requerimento

Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais propõe à Casa, ouvido o Plenário seja enviado a Sua Exa. Dr. Nestor Jost DD. Presidente do Banco do Brasil S.A., o seguinte apelo:

"Sr. Presidente,

O limite de financiamento para lavouras de SOJA adotado pelo Banco do Brasil, vem se revelando insuficiente para o atendimento dos custos reais de produção. A importância de Cr\$ 540,00 por hectare é insuficiente até mesmo para os insumos representando apenas 45% do custo total das lavouras, orçado em Cr\$ 1.200,00.

O Paraná e outros Estados como São Paulo, estão sendo vítimas de uma repetida e indevida projeção das condições agrícolas do Rio Grande do Sul, de cuja realidade mais uma vez valeu o Banco do Brasil S.A. para encontrar os elementos de fixação dos tetos de financiamento para o SOJA como custo de semente e média de produtividade. São Paulo vai superando o problema pela ação do BANESPA e do BRADESCO que, com estrutura em todo o interior paulista concedem financiamentos de Cr\$ 750-1.000,00 por ha. Entretanto esta possibilidade não se verifica no Paraná cuja rede privada o Banco do Estado não possuem condições para tal atendimento, limitando-o aos produtores maiores.

Daí a razão do apelo que dirigimos a V. Exa. para que autorize prontamente uma elevação nos limites de financiamentos para Soja no Paraná, sendo suficiente para isto que o Banco do Brasil adotasse a produtividade média regional de 35 scs. p/ha. em substituição à média gaúcha de 25 sacos, indevidamente aplicada ao nosso Estado.

O que se pretende é que o Banco do Brasil observe também a orientação contida no item 3 da Carta Circular 94, dirigida pelo Banco Central às entidades financeiras, segundo a qual "— o financiamento de cada produto resultará da aplicação do percentual respectivo sobre o valor da produção esperada — observada a produtividade média regional".

Se, como se diz, a atitude do Banco do Brasil com relação ao financiamento das lavouras de Soja traduz a política do Governo política de contenção dos financiamentos da espécie somos forçados a entender que possui o Governo duplicidade de política para o mesmo assunto uma através do Banco do Brasil e outra por intermédio do Banco Central, fato que, aliás vem determinando prejuízos aos agricultores e ao próprio Banco do Brasil abandonado na oportunidade pelos seus melhores e tradicionais clientes".

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência ao Diretor da 6.ª Região da Carteira de Crédito Geral e Rural do Banco do Brasil Sr. Walter Ferachi de Barcellos.

Requer, por último tendo em vista a urgência da medida pleiteada que c apelo seja remetido ao Banco do Brasil através de Telex.

Sala das Sessões em 11 de outubro de 1973.

(a) — Sebastião Rodrigues Jr.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscrive no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. a inclusão em Ata dos trabalhos de um voto de regozijo pela passagem do 27.º aniversário do Grupo Escolar "Nilo Peçanha" de Londrina, modelar e tradicional estabelecimento de ensino daquele Município.

Solicita-se também que do fato, se dê conhecimento a sua Diretoria.

Sala das Sessões em 11 de outubro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar Nilo Peçanha é um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino do Município de Londrina, por cujos bancos escolares já passaram diversas gerações. Justo que nesta data de júbilo para o seu corpo docente e discente seja feita uma manifestação de regozijo da Casa, associando-se às comemorações pelo evento.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem depois de ouvido o Plenário, seja dirigido expediente ao Governador Emílio Gomes apelando no sentido de que seja incluído no Plano de Rodovias Vicinais do Estado, a ligação Itambé-Floresta-PR-13 (Maringá — Campo Mourão).

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) JORGE SATO

(a) PAULO POLI

JUSTIFICATIVA:

A ligação Itambé-Floresta-PR-13, é uma necessidade que se faz presente, de vez que a referida região, uma das mais ricas do Estado está aumentando, dia a dia a sua produção agrícola e pecuária além de sua densidade populacional. Essa ligação, por outro lado, é de vital importância para o desenvolvimento daquela área do Estado, que aguarda há anos melhores meios de comunicação para afirmar-se mais ainda em seu progresso.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Emílio Gomes no sentido de que gestione junto ao Ministério dos Transportes para que o mesmo proceda a duplicação da Rodovia BR-369 trecho Jataizinho até o trevo da Rodovia Londrina-Cambé, tendo em vista os acidentes diários que vem ocorrendo ultimamente.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) LAZARO DUMONT.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 229-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Benemérito do Paraná" ao Doutor David Antonio da Silva Carneiro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para a apresentação do presente Projeto de Lei está no próprio Curriculum vitae do homenageado.

Projeto de Lei n.º 230-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de setembro de 1973, poderão requerer ao Secretário da Fazenda a anistia condicional das multas e dos acréscimos, desde que no Requerimento produzam prova do prévio pagamento da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei.

§ 2.º — A anistia abrange quaisquer parcelas de multas e acréscimos componentes de créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizado para cobrança executiva ou objeto de parcelamentos.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judicialmente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta Lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo a atividade funcional e fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, devidos antes de 1.º de setembro de 1973, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n.º 5.463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta Lei não autoriza a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta Lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1973.

(a) — GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei, pretendemos alterar o prazo de recolhimento parcelado de tributos atrasados, previsto na Lei n.º 6.296, de 7 de julho de 1972. Com isso se beneficiam o erário público e os contribuintes pois estes na maioria das vezes não tem condições de fazer o recolhimento de uma vez só, e os atrasos então se acumulam com prejuízos para o Tesouro do Estado.

Projeto de Lei n.º 231-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Inspeção de Ensino de Nova Londrina, com jurisdição sobre os Municípios de Nova Londrina, Marilena e Itauna do Sul.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para instalação e funcionamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1973.

(a) — WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

Houve uma grandiosa sementeira de escolas em todos os níveis. A região Noroeste foi grandemente beneficiada com escolas primárias e secundárias, durante os últimos quatro anos. Isto é motivo de satisfação por um lado, ao mesmo tempo que traz novas necessidades, como o caso de uma urgente instalação de Inspeções Regionais de Ensino, para que os problemas educacionais encontrem soluções rápidas e para que haja a presença do inspetor

a fim de que não sofra solução de continuidade, mas se aprimore cada vez mais.

Nova Londrina e os Municípios específicos na presente Lei ressentem-se de uma inspetoria, razão porque propomos o presente Projeto de Lei à consideração dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Segundo palavras do ilustre Secretário dos Negócios de Educação e Cultura, Deputado Cândido Martins de Oliveira, não há no Paraná um professor sequer que não esteja com os seus vencimentos em dia.

Entretanto data vênio o respeito que tributamos ao ilustre titular da Pasta de Educação, estamos recebendo denúncias providas de várias cidades do Paraná, onde muitos professores não receberam até agora o pagamento correspondente a um mês sequer de trabalho prestado ao Paraná no ano de 73. Não apenas professores suplementaristas, como também serventes contratadas do Estado do Paraná.

É bem verdade que não cabe à Secretaria de Educação e Cultura o pagamento dos vencimentos do funcionalismo público estadual. Há diretores de Escolas que demoram muito atrasam o envio da documentação relativamente aos professores que deram aulas durante o ano letivo. Mas gostaríamos neste momento, de dirigir um apelo ao Secretário da Fazenda do Paraná, no sentido de que S. Exa. providencie com urgência a regularização dos vencimentos de todos os servidores que até agora estão com o pagamento atrasado.

Estamos vendo que nosso funcionalismo público presta serviços ao Paraná, não recebe o pagamento e quando se vê forçado pelas circunstâncias a recorrer ao Banco do Estado do Paraná para fazer um pagapago, um empréstimo exatamente para desafogar sua situação financeira estrangulada pelo atraso de pagamento ainda passa por aquela exigência natural, que é pagar juros de um dinheiro que está emprestando de um Banco oficial pertencente a um Governo, onde ele tem crédito. De um lado o funcionário tem crédito junto ao Governo do Estado porque está trabalhando e não recebe, e por outro lado o mesmo funcionário público se vê forçado a pagar juros para um Banco do Governo, porque seu pagamento não saiu.

É preciso normalizar este pagamento para uma classe que tanto trabalha e que pouco ganha, já percebendo um salário dos mais mínguados, dos mais insignificantes.

Por último, Sr. Presidente, gostaríamos que constasse nos Anais da Casa, nossa tristeza pela guerra do Oriente Médio. Estamos vendo árabes e judeus atacando-se em mais uma encarnigada batalha rumo a guerra que nada de positivo trará à humanidade, uma guerra que nada vai construir, pelo contrário, estamos vendo milhares de jovens combatendo enfrentando os horrores da guerra sem saber por que, perdendo a vida tombando mortos enlutando lares, trazendo sangue para o mundo e um prejuízo de muitos milhares de dólares. Esta guerra do Oriente Médio vem trazendo a inquietação generalizada. São vários países que estão em choque e tudo leva a crer que o conflito não vai se restringir apenas ao Oriente Médio. Tudo indica que haverá ingerência de outros países da União Soviética e dos Estados Unidos, que estão dispostos a enviar novos equipamentos bélicos para aqueles países. E nós gostaríamos aqui — sem pretender tomar partido deste ou daquele País — dizer que nós, como brasileiros, filhos de um país extremamente cristão, não estamos a favor desta guerra. Assistimos pela televisão pronunciamentos de árabes, judeus e dos demais membros de outros países que participam desta guerra desta nova batalha que se trava no Oriente Médio, e queremos como representante de uma boa parcela da comunidade paranaense, expressar, nosso pesar, nossa tristeza, porque esse combate que se trava trará consequências até agora imprevisíveis. E fazer votos que a Organização das Nações Unidas possa quem sabe, através dos mais legítimos diplomatas encontrar uma solução para que a paz volte a reinar em todos lares daqueles povos que, hoje, estão passando por uma preocupação muito grande.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência anuncia a presença do Sr. José Antunes Ferreira muito digno vereador de Santo Antonio da Platina.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Achamos bastante justa a observação feita, desta Tribuna, pelo nobre Deputado Antonio Belinati com respeito à falta de pagamento de professores. Entretanto não compreendemos bem o pronunciamento de S. Exa. se a falta de pagamento se refere a professores efetivos, ou se a suplementaristas. Quanto aos professores efetivos, acredito que não haja, realmente nenhum grupo escolar nenhum estabelecimento de ensino, onde os professores não tenham recebido; a não ser em casos esporádicos como aquele que trouxemos ao conhecimento da Casa, à semana passada, quando tivemos que trazer, em mãos a folha de pagamento dos professores de determinado estabelecimento de ensino onde a diretora, quase que por uma vingança pessoal, o vencimento do corpo docente. Mas, essas folhas de pagamentos já foram entregues à Despesa Fixa e o pagamento será feito.

Com referência aos professores suplementaristas, tem razão S. Exa. com algumas observações que desejamos fazer. Geralmente os suplementaristas, são em número bastante elevado, e enquanto todos não entregam toda a documentação para que a mesma seja encaminhada à Despesa Fixa, não é feito nenhum pagamento.

Então podemos observar determinados estabelecimentos de ensino, com 140 professores e cujas folhas de pagamento ainda não foram enviadas a Curitiba, porque duas professoras ainda não entregaram toda a documentação necessária, por causa de duas professoras, 138 professores estão sendo prejudicados. Sr. Presidente, sobre este assunto conversamos ontem com o Sr. Secretário de Educação e Cultura e era necessário que se fixasse uma norma para contratação dos suplementaristas. Deveria ter uma data certa um prazo pré-determinado vamos admitir até 15 de março, para que os professores entregassem toda a documentação exigida pelo estabelecimento para que até o dia 3 de março fossem enviadas todas as folhas dos suplementaristas a Curitiba para o pagamento.

Porque devem convir que é muito melhor, para o próprio Estado, pagar nos meses de março, abril, maio, junho e julho do que receber essa carga violenta, toda no mês de julho ou agosto, onde soma global de pagamento vai acima da capacidade da sua receita.

Portanto, sr. Presidente, se têm havido falhas, deve-se aos professores e direção dos estabelecimentos de ensino que lamentavelmente não têm dado aquela colaboração que deve existir.

As vezes por causa da documentação de 1 ou 2 professores 150 professores são inteiramente prejudicados. Portanto, acho que a observação do Deputado Antonio Belinati é válida, mas com esse adendo às suas observações. Porque se há falha quanto ao pagamento por parte do Governo do Estado, há também da administração e dos professores na complementação de sua documentação, para que se pagamento saia em dia.

Essa a justificativa que queríamos fazer em defesa do sr. Secretário de Educação e também do Sr. Secretário da Fazenda, que ao que me parece, tem cumprido com suas obrigações. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, queremos registrar hoje, a medida que o Sr. Secretário de Educação do Paraná tomou referente ao que tem acontecido em Londrina, com o Grupo Newton Guimarães. Como a imprensa toda noticiou, é lamentável a situação em que se encontra aquele estabelecimento de ensino. E não é de agora, porque há muito tempo visitamos aquela escola e realmente ficamos chocados com a situação em que se encontra aquela casa de ensino, das mais antigas de Londrina.

Ontem estivemos conversando com o Sr. Secretário de Educação, levando a ele as reivindicações que nos chegara mde Londrina, para que se tomasse uma medida urgente para a solução daquele problema. O Sr. Secretário, ontem mesmo, determinou à Fundepar para que realizasse um levantamento completo daquela obra, para providenciar sua reforma. Entramos já em contato com o Diretor da Fundepar, e o mesmo já havia determinado para que um funcionário fosse a Londrina providenciar a reforma daquele prédio.

É uma satisfação muito grande para nós, vemos que o Secretário de Educação está atendendo os apelos que vêm do interior, e também pela maneira cordial com que recebe os Deputados, Prefeitos e Vereadores do interior do Paraná.

Neste momento, também queremos fazer desta Tribuna um apelo, cujo Requerimento ainda deve entrar hoje, endereçado ao Sr. Governador do Estado, para que se empenhe junto ao Ministério dos Transportes, para duplicação da rodovia Jataizinho - Ibioporã, até o trevo da Rodovia Londrina - Mauá. Os acidentes quase que diários naquele trecho, são realmente horrores, principalmente levando-se em consideração que todo mês falecem pessoas em acidentes, naquele trecho. Com a maneira que o Governador do Estado do Paraná, na forma que ele está encarando, hoje, a administração de nosso Estado, tenho certeza que providenciará para que essa melhoria venha, realmente, de encontro aos interesses não só da população do Jataizinho, Ibioporã e Londrina, mas de todos que passam por aquela rodovia. Em dias de chuva, pela manhã ou à noite, no trecho Londrina - Ibioporã, ninguém por lá passa sem antes fazer um seguro de vida em razão dos inúmeros acidentes que são registrados nessa rodovia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Dias atrás, comparecemos a esta Tribuna, para tratar do SOJA contingenciado, que se encontram depositados nos armazéns das cooperativas, pedindo que fosse retirada dos armazéns das cooperativas a fim de possibilitar o recebimento da nova safra tritícola.

Naquela oportunidade a Casa aprovou Requerimento nesse sentido encaminhado ao Sr. Diretor da Caxex. A matéria foi objeto de publicidade nos principais órgãos da imprensa paranaense e também da imprensa paulista.

Hoje, de início, desejamos reafirmar a essência de nosso pensamento, já consignado naquela oportunidade, de que a generalização das condições da agricultura gaúcha, sempre procedida pelo Banco do Brasil S.A. e sua consequente projeção sobre o Paraná nos tem sido causa de sérios prejuízos. Aos vários exemplos citados queremos hoje adicionar mais um fato que bem ilustra a procedência de nossas afirmações:

O Banco do Brasil está concedendo em nosso Estado e nos demais, é bom que se diga, para o plantio do SOJA a importância máxima de Cr\$ 540,00 por hectare, quantia insuficiente até mesmo para a aquisição dos insumos, estimados em cerca de Cr\$ 640,00, considerando-se o elevado custo das sementes e fertilizantes. A importância de Cr\$ 540,00 que o Banco do Brasil está adiantando a título de financiamento representa, na verdade, tão somente 45% dos custos totais da lavoura, orçados em Cr\$ 1.200,00.

O limite de financiamento para determinada lavoura é estabelecido pelo Banco do Brasil em função de alguns elementos, como o preço de comercialização do produto a ser financiado, tetos de produtividade etc. Desta vez, para variar, as médias de produtividade adotadas — 25 sacos por hectare de lavoura adubada e 18 para lavoura não adubada — são as médias obtidas no Rio Grande do Sul. O limite de financiamento encontrado pelo Banco do Brasil para o hectare de soja é o resultado da seguinte fórmula: 60% do produto da média de produtividade (25 sacos), pelo preço mínimo, (Cr\$ 36,00), a saca, o que é igual a Cr\$ 540,00. A fórmula já se encontra violentada pelo preço mínimo do produto utilizado para o cálculo, preço-mínimo político de Cr\$ 36,00 por saca, assim deve ser entendido, pois o próprio Governo adquiriu o SOJA por Cr\$ 45,00 o saco de 60 kg. Assim sendo, o preço-mínimo político já serviu para reduzir o limite de financiamento, deixando-o muito abaixo das despesas do custeio. Mas não satisfeito com a tal limitação, adotou o Banco do Brasil um nivelamento por baixo das médias de produtividade, ficando com a mais baixa que é a do Rio Grande do Sul, pois todos sabem que a média para o Estado de São Paulo é de 32/34 sacos por hectare, sendo a mais elevada a média paranaense, de 15 sacos por hectare, uma vez que no Paraná o SOJA encontrou o seu "habitat natural", tendo em vista as nossas condições superiores em clima e solo.

Assim, se o Banco do Brasil pelo menos atentasse para a produtividade regional, o limite de financiamento para São Paulo seria de Cr\$ 700,00 para o hectare de lavoura adubada e válido para o Paraná o teto de Cr\$ 756,00 para o hectare, ambos os limites, mesmo assim, bem distanciados do custo real das lavouras. Em São Paulo o problema foi praticamente solucionado pela ação do Banco do Estado de São Paulo — BANESPA e pelo BRADESCO, com agências por todo o interior paulista, que concederam financiamento na base de Cr\$ 750.000,00 por hectare, valendo-se para cálculo, inclusive, da produtividade média regional de 32/34 sacos, ficando o prejuízo circunscrito ao Banco do Brasil que perdeu seus melhores e tradicionais clientes.

No Paraná, entretanto, a situação é mais complexa, pois não possui a rede privada e nem o Banco do Estado condições de substituir o Banco do Brasil nas operações da espécie. Limitam-se, dentro de suas possibilidades, ao atendimento dos grandes produtores, ficando assim — merecidamente no caso — com a melhor clientela do Banco do Brasil.

Mas, perguntamos, e os pequenos produtores?

O adiantamento de Cr\$ 540,00 por hectare ainda é aproximadamente válido para o Rio Grande do Sul, pois o agricultor possui semente própria ou é filiado a uma cooperativa que lhe fornece semente a baixo preço. No Paraná o custo da semente é de Cr\$ 250/300 por saca, embora em suas instruções o Banco do Brasil estabeleça, para fins de financiamento, o máximo de Cr\$ 90,00 por saca de semente. Tudo isto determina que o pequeno produtor seja o maior prejudicado, pois o grande, como já vimos, encontra apoio na rede bancária privada, enquanto o pequeno, que justamente não possui condições de complementar com recursos próprios o financiamento, obtém apenas os insuficientes Cr\$ 540,00 que lhe fornece o Banco do Brasil.

Daí o apelo que desejamos fazer desta Tribuna a S. Exa. Dr. Nestor Jost, digníssimo Presidente do Banco do Brasil, homem da maior sensibilidade para os problemas econômicos, apelo constante do Requerimento que submetemos à aprovação da Casa, objetivando a obter, com urgência, uma revisão nos elementos que compõem a fórmula através da qual o BB estabelece o seu teto de financiamento, para o soja no Paraná. Esta revisão poderá ser obtida pela adoção da média de produtividade regional, de 35 sacas por ha, o que permitirá um financiamento de 756,00 por ha. de lavoura. Dizem que o Banco do Brasil traduz uma política de Governo de contenção de financiamento da espécie o que não concordamos, sob pena de termos de entender que o Governo possui duas políticas para o soja. Porque o que pedimos é que o Banco do Brasil adota para o Paraná aquilo que o Banco Central recomendou às entidades financeiras. Porque o que o Banco Central não acata, a Circular 74, dirigida às entidades financeiras. E assim se expressou — (Lê a Circular 74):

“O financiamento da quota de produtividade...” — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

O que nós queremos é que o Banco do Brasil faça que, aonde na fórmula que fixa o limite de financiamento de 25 sacas, que seja esta média para o Estado do Rio Grande do Sul, e a produtividade média de 25 sacas, mas que a fórmula destinada ao Paraná seja substituída por 35 sacas.

Na verdade, a produtividade média do Paraná é esta, a substituição de 25 por 35, na fórmula dentro da qual o Banco do Brasil estabelece o limite de adiantamento que vai implantar na elevação de 540 para 756 cruzeiros por hectares, e seja financiado no Paraná.

E a razão do nosso apelo, que eu peço encarecidamente à Mesa, para que seja remetido por telex. Porque a medida pleiteada se reveste da maior urgência. Na verdade, ainda não houve tumulto com respeito à matéria nos demais Estados, porque São Paulo conseguiu superar o problema com a rede dos Bancos privados e também com a ação do Banco do Estado de São Paulo, mas não que falte boa vontade aos bancos oficiais do nosso Estado. Ocorre que eles ainda não possuem uma estrutura que cubra todo o interior paranaense a exemplo do que ocorre com a rede bancária de São Paulo. O que pretendemos do Banco do Brasil para o Paraná é tão somente que ele se oriente pelo Banco Central e adote em tempo, o critério sugerido, da produtividade regional. E assim procedendo, o Banco do Brasil evitará sérios prejuízos aos agricultores, e a si mesmo porque o banco está sendo prejudicado, uma vez que está perdendo os seus melhores e mais tradicionais clientes. E o que eu digo, aos agricultores que buscam auxílio de bancos, e ao próprio gerente das agências do Banco do Brasil. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar as minhas palavras, passo às mãos de V. Exa. o Requerimento.

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, quero congratular-me com V. Exa. pela oportunidade que V. Exa. levanta o problema no dia de hoje, principalmente levando-se em consideração de que lamentavelmente o cooperativismo no Estado do Paraná ainda é muito reduzido; e a maioria quase que absoluta dos plantadores de soja, terão que comprar mais sementes de particulares; porque são poucas as cooperativas e muito poucos os filiados produtores de soja. E, infelizmente nós ainda não temos certeza que a Café do Paraná terá condições ou não de atender todos os agricultores, todos os plantadores de soja do Estado do Paraná, pois é bastante desconhecida ainda a notícia sobre o fornecimento de sementes de soja no Estado do Paraná. E pelo que tudo indica, faltará semente de soja e haverá muita gente que terá que partir para a compra de sementes, pagando o preço absurdo de mais de 300 cruzeiros o saco de semente, para poder plantar. Já disse e torno a repetir, é oportuníssimo este pronunciamento de V. Exa. e bastante oportuno, principalmente no momento em que os agricultores, principalmente os plantadores de soja de nosso Estado, que precisam de um amparo maior.

Chegamos há poucos dias do Rio Grande do Sul, onde participamos de um Congresso de trabalhadores rurais, onde milhares de pequenos lavradores, quase todos produtores de soja e trigo, tiveram palestras diretamente com o Governo do Estado e sentimos naquela oportunidade o empenho e a força com que o Governador do Rio Grande do Sul está insistindo para que o agricultor gaúcho plante soja, porque na realidade é o grande negócio do momento. E conversamos tanto com o Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul; com os Diretores de empresas onde se poderia comprar sementes; Diretorias de cooperativas do Rio Grande do Sul e essas entidades vão fazer o máximo esforço para que a semente do Rio Grande do Sul não venha para o Estado do Paraná, porque, dizem eles, que a semente do Rio Grande do Sul não seria suficiente para atender a demanda do Rio Grande do Sul e a ainda outros Estados que estão plantando hoje e, principalmente o nosso pequeno produtor que mais necessita, mais difícil fica conseguir a semente. Para isso terá que recorrer a armazéns, a vendedores isolados. Inclusive é comum hoje passar pela estrada entre Marialva e Maringá e se ler: — “Vende-se sementes de soja aqui”. Não é casa comercial, não é nada. Vemos que a exploração na venda de sementes de soja para o pequeno produtor é muito grande.

Espero que o Banco Central e o Banco do Brasil venham tomar medidas para fiscalizar este problema da venda de sementes ao pequeno lavrador.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Acho que se o Banco do Brasil não tomar estas providências e rever breve o cálculo para este ano, o pequeno agricultor dificilmente terá condições de plantar soja.

Veja V. Exa. que para o agricultor gaúcho a importância de Cr\$ 540,00 por saca é mais ou menos suficiente, pois na maioria das vezes possui sementes próprias ou adquire a semente de cooperativas das quais é filiado por preço acessível. No Paraná é diferente, pois o nosso agricultor dificilmente possui semente própria e mesmo o Estado tem dificuldades em obtê-la. O Paraná terá de importar semente e pagará por ela em termos de oferta e procura um preço bem mais elevado do que aquele que o Banco do Brasil fixa em suas normas como o máximo para financiamento, ou seja, Cr\$ 90,00. O

agricultor paranaense terá de custear de seu bolso a diferença, por saca que não for adquirida. Isto varia de Estado para Estado. A média gaúcha é de 25 sacas e o Governo acha que a média do Rio Grande do Sul deve servir para outros Estados. No Paraná esta média de 25 sacas virá prejudicar o lavrador.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desejaria juntar às palavras de nosso ilustre colega Lázaro Dumont, também os meus votos de aplauso a V. Exa. pela oportunidade com que se pronuncia. A Região que V. Exa. representa realmente oferece problemas muito mais graves do que a Região a que pertencemos. Na sessão de ontem o ilustre Líder da Bancada majoritária nesta Casa, trouxe a resposta a um Pedido de Informações que tivemos a oportunidade de encaminhar a esta Casa e que foi aprovado, dirigido ao Presidente da Café do Paraná, cuja resposta não nos chegou ainda às mãos para uma análise. Mas do que pudemos aduzir, a Café do Paraná entende que está procedendo a venda de sementes e que irá atender, através de critério adotado, aqueles que chama de seus usuários. V. Exa. compreende perfeitamente, até melhor do que eu, que os lavradores anualmente mudam suas residências, de modo que é muito difícil estabelecer o usuário para a aquisição de sementes. O lavrador que estiver cultivando a terra, precisa de sementes. Se não houver uma intervenção o lavrador está sujeito a pagar a estas firmas que estão cobrando 230 ou 270 cruzeiros e até um preço mais elevado. Este problema não vem encontrando qualquer solução, ao que nos parece, pelas informações da própria Café do Paraná, por parte deste órgão. Ele se satisfaz em atender em 70% os usuários da safra anterior. Entendo oportuno o pronunciamento de V. Exa. e a ele me solidarizo.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço a V. Exa. o aparte porque de fato ele completa aquilo que procuramos transmitir desta Tribuna. Agradeço a V. Exa. bem como ao Deputado Lázaro Dumont a contribuição dada à nossa exposição e encaminho à Presidência para apreciação da Casa o apelo, renovando mais uma vez o pedido de que seja endereçado por telex, com cópia, ao Diretor da 6.ª Região do Banco do Brasil porque acredito que a Presidência terá a oportunidade de mudar este teto de financiamento para o Paraná porque a nossa reivindicação é plenamente justa, sobretudo porque se estribou em critério baixado pelo Banco Central e que vem sendo seguido pela rede privada e demais Bancos oficiais do País. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — “Nos momentos críticos, em que somos colocados diante de opções, é que se manifesta a nossa liberdade e definem-se os rumos futuros. As decisões pessoais implicam nos acertos ou nos erros restritos ao âmbito de consciência, da família e no próximo, ao rol das amizades. Quando a deliberação for tomada por um homem alçado ao Poder, por força da delegação popular, ou em virtude de investidura, suas decisões extravasam o foro íntimo e pessoal para atingir uma coletividade. A opção constituir-se-á em vitória, ou conduzirá a derrotas coletivas.

Nestas decisões é que se revela o líder que no momento preciso elegeu, mesmo com risco que sempre é mais dignificante do que a comodidade da omissão, uma norma a seguir. Tomar uma deliberação sempre é difícil por ser um gesto de nossa vontade e expressão da liberdade. É tanto mais árduo, quanto maior for a responsabilidade, perante uma coletividade, que, em última instância, quer dizer perante a História. Não é fácil ao governante decidir, porquanto a sua vontade vê-se entrecrocada por outras, como de grupos, de classes, ou mesmo de ideologias.

Dentro desse prisma é que deve ser vista uma administração no plano nacional, estadual e municipal. Complexos são os problemas administrativos, especialmente em dias fluentes, onde o governante tem que conciliar a sua visão a condicionamentos de ordem superior ao planejamento técnico, que define as metas e traça as prioridades, que vêm assim atender as aspirações de quantos habitam uma determinada unidade do globo.

A OPÇÃO EM PROL DA CAFEICULTURA

O Governador Emílio Gomes, há dias atrás, tomou uma dessas decisões que considero da mais alta significação. Efetivamente, ele optou por um caminho e decidiu por uma meta. A opção pela luta em prol da cafeicultura, esse complexo emaranhado onde as opiniões se entrecrocavam, onde os interesses se digladiam, não só no plano estadual, mas federal e mundial, Emílio Gomes assumiu a liderança ao lado daqueles que defendem a cafeicultura, querem-na fortalecida e recuperada.

Venho a esta Tribuna trazer a minha opinião desprovida de conhecimentos técnicos, porquanto as minhas raízes não se vingaram em terras roxas, mas sim nos vales e outeiros da terra vermelha do Sudoeste, venho dar o meu testemunho pessoal sobre esta decisão que considero histórica para o Paraná.

Acompanho, como todos, desde os técnicos até o mais humilde cidadão desta terra dadivosa, os alarmantes noticiários da imprensa a respeito da escassez de alimentos. Assustam-me os alertas da FAO, bem assim como os relatórios dos baixos índices de produtividade especialmente em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Aterradores são os comunicados que chegam dos países africanos, onde milhões de seres humanos, irmãos nossos, são conderados à morte pela fome.

Tudo isso doi. Constrange o nosso coração. Todavia, sentimo-nos impotentes, fracos diante do quadro que se nos apresenta.

O Paraná luta, através de seu povo laborioso para produzir, os governos tem-se esforçado para cooperar com créditos, infraestrutura, educação e orientação técnica para aumentar a produtividade.

O Governador Emílio Gomes, certamente teve diante dos olhos esse quadro no instante em que lançou a Campanha de combate à Ferrugem. Certamente, ele tinha visão do futuro diante de si ao escolher essa meta. E escolheu, creio com acerto. É este ponto que desejo acentuar desta Tribuna, a exemplo do que já fizeram outros, parlamentares ligados à cafeicultura em suas fases primárias, secundárias e terciárias, como o fizeram os agricultores que sentem o drama do café, porque nasceram, vieram e vivem do cultivo, ou comércio do café.

O CAFÉ E RECEITA

O Paraná é um Estado agrícola. Se é verdade que se faz um esforço gigantesco para torná-lo industrial, pode-se afirmar que continuará por alguns anos ter a sua fonte de renda na agricultura. É bem verdade que a diversificação de culturas propiciadas pelos preços compensadores por um lado, e em parte favorecida pela erradicação financiada dos cafezais, propiciou outras fontes de recursos, mas assim mesmo em 1972 o Paraná teve 12% de sua arrecadação global, auferida da cafeicultura. Este dado da Secretaria da

Fazenda é bem significativo, se olharmos que no setor do ICM a porcentagem atingiu 23% e se considerarmos somente a receita da agricultura, teremos o café como responsável por 45% da mesma.

Creio que isto e somente isto, bastaria para que o Governador mostrasse o máximo interesse pelo "ouro verde". Por outro lado o café não é apenas significativo para o Paraná, ainda é fonte de receita cambial para o País. Se em épocas passadas o café representava 64% de nossas divisas, ainda mantém atualmente o respeitável percentual de 24% aproximadamente, o que em números redondos ultrapassou um bilhão de dólares, em 1972. Isso é significativo. A Campanha ora lançada no Paraná para salvar a cafeicultura, representa uma tomada de posição não só em prol do Paraná, mas também em termos de Brasil.

O CAFÉ É AVLOR SÓCIO-ECONÔMICO

Não coincidem, segundo os entendimentos os números, a respeito dos cafeeiros existentes no Paraná. Dados fornecidos pelo IBC colocam-nos em torno de 900 milhões de covas, sendo 700 adultos e 200 recém-plantados ou não produtivos. Esse número, segundo técnicos, é inferior, alcançando aproximadamente 810 milhões no global. Se olharmos para a história veremos que houve uma diminuição um tanto violenta, pois o Paraná já possuía 1.300 milhões de pés de café. Essa diminuição, fruto do financiamento para erradicação, bem como para ceder lugar a outras culturas e pasto, fez com que o Paraná perdesse a liderança no setor de café que ostentou com orgulho durante anos.

Este fato para muitos apresenta-se em termos de catástrofe. Para os mais moderados de uma crise que deve ser enfrentada em termos de realidade. Colocamo-nos ao lado daqueles que julgam que a solução é a participação do Estado e da União, através dos órgãos competentes. É a realista.

O Paraná até o presente relegou para plano secundário o problema da cafeicultura, certamente alicerçado nos argumentos de que o IBC se encarrega dessa política. Agora, entramos numa fase que chamaria de presença do Estado no setor do café.

Falo em presença, porque afirmar que entramos com agressividade seria ir longe demais, uma vez que fatores de ordem superior têm que ser levados em consideração. Dizemos em termos de participação porquanto atacamos apenas um dos aspectos, ou seja a ferrugem. Realmente, temos conhecimento de que o cultivo com técnica, o melhoramento genético a pesquisa quanto à resistência a pragas, maior produtividade, aplicação correta de insumos, espaçamentos corretos, são outros tantos problemas que necessitam ser enfrentados paralelamente, mas o aspecto ferrugem no momento é um dos mais graves.

Os últimos dados de técnicos, que pudemos consultar nos falam de que 36% dos cafezais do Estado acham-se infestados pela ferrugem e praticamente devastaram na totalidade estes cafezais. E se considerarmos que isto apenas num espaço de dois anos, pois a primeira manifestação da ferrugem foi constatada a 10 de outubro de 1971 no Município de Guaraci, com certeza ficaremos sem os cafeeiros, senão forem tomadas providências urgentes.

Estamos numa situação realmente difícil por outra parte, pois as estimativas para o corrente ano são das mais pessimistas, uma vez que estipuladas apenas em 3,5 milhões de sacas. Contribuíram para isto fatores climáticos, falta de orientação técnica, falta de combate à ferrugem e igualmente falta de estímulo. Somados estes fatores chegamos à triste situação em que nos encontramos.

Por esta razão a presença corajosa e a participação ativa do Governo Estadual é indispensável. A tomada de posição além do mais variados aspectos acima mencionados, apresenta o valor social. Segundo os cálculos de "experts" na matéria a cafeicultura abrange no setor primário aproximadamente 320.000 trabalhadores e mais uns 60.000 no secundário e terciário, representa um contingente humano considerável.

Discuti, há poucos instantes, com o Deputado Olavo Ferreira estas cifras, e Sua Excelência me informava que houve época que no Estado do Paraná mais, ou cerca de 2.000.000 de trabalhadores viviam no setor primário da agricultura, porquanto os números de 320.000 trabalhadores hoje considerados pelos levantamentos fornecidos por técnicos, chegam a nós. Essa massa humana tem que ser considerada também no seu aspecto social, pois se o Paraná ficar sem a sua cafeicultura dificilmente evitaremos um problema social dos mais graves, caracterizados sob as formas de êxodo rural, desempregos, fome. O café como valor sócio-econômico certamente influíu na decisão do Governador Emilio Gomes, no momento que declarou uma guerra — que eu considero santa — contra a ferrugem, e na defesa da nossa cafeicultura.

Creio que as razões aqui aduzidas justificam essa campanha. Certamente, o Paraná não conseguirá, sozinho, solucionar todos esses problemas. Pelo menos sirva a presença do Poder Executivo aos reais responsáveis que nós estamos atentos. Sirva para alertar que nós estamos juntos daquele que produz e que nem sempre encontra o estímulo necessário.

Sentimos, nós do Paraná, de que todas as campanhas contrárias de que não se plante café não são outra senão interesses pouco esclarecidos ou mesmo claramente contrários ao nosso Estado. Se possuímos, ou possuímos uma área definida para o plantio, pelo órgão supremo da cafeicultura é que temos condições ecológicas e climáticas para o plantio; se sofremos os revezes das geadas, outras áreas sofrem com secas e outras intempéries. Mesmo assim, a média global da produção do Paraná ainda supera a média de outros Estados. Se existe problema de melhor qualidade, está o Governo com o Instituto Agrônomo que também foi convocado para emprestar todas as suas energias em prol da cafeicultura. Se temos problemas com a aquisição dos fungicidas cúpricos, certamente os apelos encontrarão eco entre as autoridades maiores para solucionar a falta.

O Sr. Olavo Ferreira — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não desejaria, nobre Deputado, interromper V.Exa., porque o pronunciamento que V.Exa. faz nesta tarde, dessa Tribuna, é dos mais sérios, e trazendo aqui dados realísticos vem bem demonstrar da gravidade do problema da cafeicultura.

Diz V.Exa., que se encontrava inicialmente numa situação mais ou menos difícil porque não é um técnico em café e as suas raízes não têm origem de terras roxas, mas sim das terras vermelhas do Sudoeste do Paraná.

V.Exa. vem dar um testemunho pessoal que eu considero bastante importante, porque V.Exa. não pertencendo às terras roxas que produzem o café V. Exa. pertence a uma zona que faz parte de um todo paranaense.

V.Exa. então está preocupado com esse setor tão importante da economia paranaense, que é o café. Até agora, dos dados que V.Exa. apresentou — realmente eles são irrefutáveis, as observações muito bem postas nada temos a aduzir, porém, gostaríamos de acrescentar apenas que o trabalho da campanha encetada pelo Sr. Governador do Estado já alcançou o seu obje-

tivo, nobre Deputado, porque quem tiver à mão a "FOLHA DE LONDRINA" de hoje, poderá verificar que tudo gira em tempos determinados, para a compra de tratores, de pulverizadores, enfim, tudo que for necessário para o combate à ferrugem.

Quer dizer, que esta grande campanha que foi iniciada no Brasil pelo Governo do Paraná, graças a Deus, encontrou eco no Governo Federal e as medidas estão sendo tomadas, porque os dados que V.Exa. apresenta de três milhões e meio de sacas, ainda acho bastante otimista, acho que três milhões de sacas iremos colher na próxima safra.

Mas acho que nem tudo está perdido, mais vale tarde que nunca. Acho que esta campanha teve repercussão, não deve haver absolutamente, desestímulo. Vamos recuperar, me perdoe, afirmar com certa insistência, vamos recuperar até que os novos cafezais produzam os velhos cafezais. São 700 milhões de pés que estão sendo plantados, e estão sendo atingidos pela ferrugem, e provavelmente sofrerão as consequências das condições climáticas, como os velhos cafezais também sofrerão.

Vamos substituir esses velhos cafezais, já cansados com certas vantagens e novas técnicas, que certamente estarão a nosso alcance. Se bem que não acredito em cafezal cansado, porque corêgo lavouros de 180 anos no Brasil, produzindo 80, 90, 100 sacas por mil pés, porque o agricultor cansado não existe. Porque então a Europa com dois mil anos não estaria produzindo como produz a Holanda, batatinha, e tantos outros países produzem abundantemente. Como conheço na Califórnia, o deserto árido da Califórnia, produzindo com abundância tecnicamente, aquilo que lamentavelmente não damos à terra para que ela também nos devolva com abundância. Portanto, acho que foi perfeita a missão do Sr. Governador, com o Líder do Governo do Paraná, alertando o Governo Federal, do que representa o café, não só para o seu Estado e para a sua economia mas representando também para o Brasil. V.Exa. trouxe dados que devem ser pronunciados novamente. Que representou 64% e hoje representa 24%. São 40% que deixa de representar para a nossa economia paranaense brasileira. E estes 24% devem servir de alerta para nós, para tomarmos um ponto de partida, para que esta safra não diminua e possa crescer, e não tenha uma situação tão adversa como no momento. Parabéns pelo assunto que V.Exa. traz à Casa. V.Exa. não é das terras roxas mas é paranaense como todos somos, porque V.Exa. traz à baila, um assunto que interessa realmente a todos nós. Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado a V.Exa.

Dizia há poucos instantes, antes de assomar à Tribuna, foi uma experiência nova o fato de nos últimos dias ter podido discutir o problema, com técnicos da cafeicultura.

Mas confesso a V.Exa., ouvia V.Exa. desta Tribuna e jamais me capacitei da grandiosidade do que representa em termos de Paraná e de Brasil a tentativa de se salvar a agricultura. Como estou capacitado hoje, depois de estar de posse dos dados mais realistas que pude obter. Poderia continuar dizendo que se existe o problema de produtividade, isto é da mais difícil solução e creio que só poderá ter solução com o tempo. Efetivamente, os tratamentos na aplicação das técnicas melhores, bem como os cuidados, ditos sanitários, só podem ser aplicados a grandes e médias propriedades. Nas pequenas, que medeiam entre 0 a 40 mil pés, a aplicação das conquistas da técnica torna-se mais difícil. E infelizmente das 68 mil propriedades, 64.700 constituem-se de pequenas propriedades e apenas 3.300 de médias e grandes, em números aproximados. Este é um outro fator, talvez dos mais sérios em toda a nossa agricultura, pois hoje é tese aceita que as pequenas propriedades dificilmente alcançam o nível de produtividade das grandes.

Poderia fazer um iato nesta minha exposição, para citar alguns números de estarecer. Se verificarmos que nas pequenas propriedades, aquelas que se constituem de 0 a 40 mil pés e que existem, segundo os dados, mais de 64 mil, representam 95% do total das propriedades cafezeiras; 60% do número de cafeeiros e 50% do total da produção. Entretanto o índice de produtividade destas propriedades alcança tão somente a 0,83%; quando as grandes propriedades, aquelas que vão de 40 a 280 mil pés, o índice de produtividade chega a 1,07%; e podemos dar números melhores.

Das propriedades que vão de 40 a 280 mil pés de café existe 3.260 mil propriedades cafezeiras, que representam 5% do número de propriedades; 30% do número de cafeeiros e 32% da produção. E verificamos também que nas propriedades que possuem acima de 280 mil cafeeiros e que representam 0,3% do número de propriedades e 10% de cafeeiros, sendo 17% do total da produção, o índice de produtividade é de 1,7%, mais do que o dobro da produtividade das pequenas propriedades. Daí chegar-se à conclusão de que é válida a campanha do Sr. Governador do Estado, porque se nós conseguirmos não atingir o índice maior que é de 1,7 mas o da propriedade média, que é de 1,07, nós aumentaríamos a nossa produção estimada em 3 milhões e 500 mil sacas, para um mínimo de 7 milhões de sacas, sem que seja necessário absolutamente plantarmos mais um pé de café sequer.

Mas eu iria mais adiante. É este um outro fator talvez dos mais sérios em toda a nossa agricultura. Considero que seja hoje uma tese aceita que as pequenas propriedades dificilmente alcançarão um nível de produtividade das grandes, se o Governo não comparecer com a tecnologia, aprimorada, com os pulverizadores e com insumos; porque o pequeno proprietário não tem condições de adquirir e agora poderá, segundo as instruções baixadas pelas autoridades federais, utilizar uma carência, que se não me engano de dois anos, sem juros, um empréstimo que é mais importante, procurando com isto ajudar a que o pequeno produtor aplique os conhecimentos técnicos e também os fungicidas necessários ao combate e ao controle, como dizem os técnicos, à aclimação da ferrugem.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador que restam quatro minutos para o término de sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, procurarei encerrar dizendo que "os problemas são sérios, graves e não permitem que se espere nem sequer um instante. Talvez estejamos chegando tarde, embora esta Casa sempre tenha levantado sua voz — e o Deputado Olavo Ferreira foi o Deputado que mais alertou as autoridades neste sentido — em defesa da rubrica que tantas glórias nos trouxe em épocas passadas. A decisão do Governador é uma opção. A História dirá do acerto, mas as manifestações de todos os recantos do Paraná e as mais abalizadas vozes racionais aplaudiram a medida.

Creio que a campanha é das mais sábias. Não se trata apenas de uma tomada de posição administrativa, ou visando popularidade demagógica, mas é uma posição de um verdadeiro líder que, sentindo o problema, aponta a solução e engaja-se numa campanha ao lado do produtor, que enfim será uma conquista para o Paraná e uma glória para o Brasil.

Muito obrigado". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

com a presença de 40 srs. Deputados.

ORDEM DO DIA,

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença em Plenário dos ilustres Prefeitos Municipais de Toledo e de Barbosa Ferraz.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 46-73, que aprova acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 46-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do acordo n.º 03-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da região Sul SUDESUL, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 57-73, que aprova o Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 57-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 05-73, celebrado em 22 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná por meio da participação financeira daquela Superintendência.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 208-72, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 208-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, os serviços de retificação e revestimento básico do trecho da estrada que liga Xangrilá a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo seu traçado mais direto, numa extensão aproximada de 5km.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 212-72, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o Município de Marmeleiro no Estado do Paraná, ao Município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 212-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada situado no Estado do Paraná que liga o Município de Marmeleiros ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43-73, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 43-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação

e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itaguapé à sede do Município de Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 52-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 52-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Boutin, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.10.73.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 62-73, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder, asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 62-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder através da Secretaria dos Transportes, o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 74-73, que transfere para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Itati, os serviços de trânsito do Município de Imácio Martins. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam transferidos para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Itati, os servidores de trânsito do Município de Imácio Martins.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 91-73, que declara de Utilidade Pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 91-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Congregação Mariana de Jovens da Catedral, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 137-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 137-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Centro Paranaense de Tradições General Carneiro, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 153-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, área de terreno que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, a área de terreno com a dimensão de 197.140 m², aproximadamente, localizada na sede do Município, e que se confronta ao Norte, com terras

municipais aforadas por diversos; a Leste, com terras de propriedade do Seminário; a Oeste e ao Sul, com parte restante do imóvel de propriedade do Estado, onde se encontra instalada a Escola Normal de Palmas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156-73, que concede, à partir de 11 de julho de 1973, à Senhora Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do Ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente ao dos Subsídios de Governador do Estado vigente àquela data. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 156-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedida, a partir de 11 de julho de 1973, à Senhora Egypcialinda Veloso de Souza, viúva do ex-Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, uma pensão mensal de valor equivalente aos dos subsídios de Governadores do Estado vigente àquela data.

Art. 2.º — A beneficiária da pensão de que trata o artigo anterior não se aplicam as disposições das Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10-10-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinatura Ilegível)

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-72, de autoria do Dep. Cândido M.M. de Oliveira, que cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Bugre, com sede e divisas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-73, de autoria do Dep. Cândido M.M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto", APPROCLE. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 126-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto" (APPROCLE).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

a) Cândido M. Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto" (APPROCLE), sociedade civil com sede nesta cidade, onde foi fundada em 13 de maio de 1967.

Entre outras, a Associação enfocada, tem por finalidade congregar os pais e responsáveis de alunos, com os professores do Grupo Escolar Professor Cleto, a fim de dar unidade e realização integral às finalidades educativas deste estabelecimento de ensino.

Em face das considerações expeditas, apresentamos o presente projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 126-73

I) — A Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública, conforme se verifica pelos documentos anexos ao Projeto, preenche os requisitos de lei:

a) — adquiriu personalidade jurídica;

b) — está em efetivo funcionamento há mais de três anos;

c) — os cargos de sua diretoria não são remunerados.

II) — Projeto legal, constitucional, sendo nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27-6-73

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinaturas Ilegíveis) — Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 126-73

P A R E C E R :

O Presente projeto de lei já devidamente justificado, não apresenta indicações de ordem financeira.

Somos portanto, pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1.973

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinaturas Ilegíveis) — Relatores

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alida Pupobs, esposa do Pastor João Pupobs. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Simão Gubur. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luisa Brustolim. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 141-73 e 142-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, a ligação Itambé-Floresta-PR-13. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. José Maria Munhoz da Rocha, pela profícua administração que vem desenvolvendo na direção do Departamento Médico do IPE. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes no sentido de que seja incluída nos estudos de duplicação da Estrada do Café, o trecho entre Cambé e Paranavai. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., para que autorize uma elevação nos limites de financiamentos para soja no Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 27.º aniversário do Grupo Escolar "Nilo Peçanha" de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário da Segurança Pública, assim como aos componentes de seu gabinete, pela forma profícua e dignificante como vem sendo desenvolvidos os atendimentos aos diversos serviços que lhes estão afetos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que gestione junto ao Ministério dos Transportes, visando a duplicação da rodovia BR-369, trecho Jataizinho até o trevo da rodovia Londrina-Cambé. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 228-73, 229-73 e 230-73. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 15, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 177-71, 166-73, 168-73, 182-73, 198-73 e 199-73.

Levanta-se a Sessão.